
No. 224

**BRAZIL
and
CANADA**

Trade Agreement. Signed at Rio de Janeiro, on 17 October 1941

Official texts : Portuguese and English.

Filed and recorded at the request of Brazil on 12 July 1950.

**BRÉSIL
et
CANADA**

Accord commercial. Signé à Rio-de-Janeiro, le 17 octobre 1941

Textes officiels portugais et anglais.

Classé et inscrit au répertoire le 12 juillet 1950 à la demande du Brésil.

PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS

No. 224. TRATADO DE COMÉRCIO ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E O CANADÁ

Os Governos dos Estados Unidos do Brasil e do Canadá, animados do desejo de fortalecer os tradicionais laços de amizade que unem os dois países e de facilitar ainda mais e desenvolver as relações comerciais existentes entre o Brasil e o Canadá, resolveram celebrar um Tratado de Comércio e, para esse fim, nomearam seus Plenipotenciários a saber :

O Governo dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil; e

O Governo do Canadá o Senhor Jean Désy, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Canadá no Brasil, e Sua Excelência o Senhor James Angus MacKinnon, Ministro da Indústria e Comércio do Canadá;

Os quais, depois de haverem trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram nos Artigos seguintes :

Artigo primeiro

1. O Brasil e o Canadá concederão um ao outro o tratamento incondicional e ilimitado da nação mais favorecida em relação a tudo quanto se referir a direitos alfandegários e encargos acessórios de todas as espécies, ao modo de percepção dos direitos, e em relação às regras, regulamentos, formalidades e encargos, a que possam ser submetidas as operações de despacho alfandegário, e a todas as leis ou regulamentos que afetem a venda ou uso de mercadorias importadas, dentro do país.

2. Em consequência, os artigos cultivados, produzidos ou fabricados em qualquer dos dois países não serão, em caso algum, quando importados no outro, sujeitos, nas supracitadas relações, a quaisquer direitos, taxas ou impostos diferentes ou mais elevados, nem a regras ou formalidades diferentes ou mais onerosas do que aqueles aos quais são ou vierem a ser sujeitos os produtos da mesma natureza, originários de qualquer outro país.

3. Os produtos exportados do território do Brasil ou do Canadá com destino ao território do outro país não serão, da mesma forma, em caso

No. 224. TRADE AGREEMENT¹ BETWEEN BRAZIL AND CANADA, SIGNED AT RIO DE JANEIRO, ON 17 OCTOBER 1941

The Government of the United States of Brazil and the Government of Canada, desiring to strengthen the traditional bonds of friendship which unite the two countries and to facilitate further and to develop the commercial relations existing between Brazil and Canada, have resolved to conclude a Trade Agreement and have appointed for this purpose as their Plenipotentiaries :

The Government of the United States of Brazil, His Excellency Doctor Oswaldo Aranha, Minister of State for Foreign Affairs of Brazil; and

The Government of Canada, Mr. Jean Désy, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary of Canada in Brazil, and the Honourable James Angus MacKinnon, Minister of Trade and Commerce of Canada;

Who, having communicated to each other their full powers, found in good and due form, have agreed on the following Articles :

Article I

1. Brazil and Canada will grant each other unconditional and unrestricted most-favoured-nation treatment in all matters concerning customs duties and subsidiary charges of every kind and in the method of levying duties, and further, in all matters concerning the rules, formalities and charges imposed in connection with the clearing of goods through the customs, and with respect to all laws or regulations affecting the sale or use of imported goods within the country.

2. Accordingly, articles the growth, produce or manufacture of either country imported into the other shall in no case be subject, in regard to the matters referred to above, to any duties, taxes or charges other or higher, or to any rules or formalities other or more burdensome, than those to which the like articles the growth, produce or manufacture of any other foreign country are or may hereafter be subject.

3. Similarly, articles exported from the territory of Brazil or Canada and consigned to the territory of the other country shall in no case be

¹ Came into force on 16 April 1943, in accordance with article X, thirty days after the exchange of the instruments of ratification, which took place at Ottawa on 17 March 1943.

algum, sujeitos, no tocante à exportação e às questões acima mencionadas, a direitos, taxas ou impostos diferentes ou mais elevados, nem a regras ou formalidades diferentes ou mais onerosas do que aqueles aos quais são ou vierem a ser sujeitos os mesmos produtos quando destinados ao território de qualquer outro país estrangeiro.

4. Todas as vantagens, favores, imunidades ou privilégios já concedidos ou que venham de futuro a ser concedidos, pelo Brasil ou pelo Canadá, com relação aos assuntos supracitados, a qualquer artigo originário de qualquer outro país ou destinado ao território de qualquer outro país, serão, imediatamente e sem compensação, independentemente da nacionalidade do transporte, aplicados aos produtos da mesma natureza, originários do território do Canadá ou do Brasil, respectivamente, ou destinados a qualquer dos dois países.

Artigo II

O Brasil e o Canadá conceder-se-ão, recíprocamente, tratamento não menos favorável do que o concedido em circunstâncias e condições idênticas a qualquer outro país estrangeiro, em todos os assuntos concernentes ao regime de câmbio e de importações.

Artigo III

Se as importações de qualquer artigo, em qualquer dos dois países, forem regulamentadas, quer no que se refere à quantidade total que se permita importar, quer no que se relacione com a quantidade cuja importação for permitida a uma determinada taxa de direito, e se forem distribuídas quotas aos países de exportação, a quota que se atribuir ao outro país deverá basear-se na sua participação no total das importações de tal artigo procedentes de todos os países estrangeiros nos últimos anos, devendo tomar-se em consideração, tanto quanto possível, em todos os casos correspondentes, os fatores especiais que possam ter afetado ou estejam afetando o comércio daquele produto.

Artigo IV

Se uma das duas Partes Contratantes mantiver ou vier a estabelecer um monopólio para a importação, produção ou venda de determinado produto, ou conceder privilégios exclusivos, formalmente ou de fato, a uma ou mais entidades, para importar, produzir ou vender uma determinada mercadoria, o governo do país que estabelecer ou mantiver tal monopólio, ou conceder tais privilégios de monopólio, convem em que, quanto às compras estrangeiras desse monopólio, ou entidade, o comércio do outro país receba tratamento justo e equitativo. Para esse fim, convem os dois Governos em que, ao efetuar tal monopólio ou entidade as suas compras externas de qualquer produto, seja guiado somente por considerações tais

subject, with respect to exportation and in regard to the above-mentioned matters, to any duties, taxes or charges other or higher, or to any rules or formalities other or more burdensome, than those to which the like articles when consigned to the territory of any other foreign country are or may hereafter be subject.

4. Any advantage, favour, privilege or immunity which has been or may hereafter be granted by Brazil or Canada in regard to the above-mentioned matters, to any article originating in any other foreign country or consigned to the territory of any other foreign country shall be accorded immediately and without compensation to the like article originating in or consigned to the territory of Canada or Brazil, respectively, and irrespective of the nationality of the carrier.

Article II

Brazil and Canada shall grant each other reciprocally treatment not less favourable than is accorded under like circumstances and conditions to any other foreign country in all matters relating to the control of foreign exchange and of imports.

Article III

If imports of any article into either country should be regulated either as regards the total amount permitted to be imported or as regards the amount permitted to be imported at a specified rate of duty, and if shares are allocated to countries of export, the share allocated to the other country shall be based upon the proportion of the total imports of such article from all foreign countries supplied by that country in past years, account being taken in so far as practicable in appropriate cases of any special factors which may have affected or may be affecting the trade in that article.

Article IV

If either country establishes or maintains a monopoly for the importation, production or sale of a particular commodity or grants exclusive privileges, formally or in effect, to one or more agencies to import, produce or sell a particular commodity, the Government of the country establishing or maintaining such monopoly, or granting such monopoly privileges, agrees that in respect of the foreign purchases of such monopoly or agency the commerce of the other country shall receive fair and equitable treatment. To this end it is agreed that in making its foreign purchases of any product such monopoly or agency will be influenced solely by those considerations, such as price, quality, marketability, and terms of sale, which would

como preço, qualidade, aceitação e condições de venda, considerações que, ordinariamente, seriam tomadas em apreço por uma empresa comercial particular, interessada unicamente em comprar tal produto nas condições mais favoráveis.

Artigo V

Os produtos cultivados, produzidos ou manufaturados no Brasil ou no Canadá ficarão, depois de importados no outro país, isentos de quaisquer taxas, custas, exações ou encargos internos que sejam diferentes ou mais elevados do que os que forem cobrados sobre artigos semelhantes, de origem nacional ou de qualquer outra origem, com exceção do que, em contrário, estiver disposto pelas leis em vigor no dia da assinatura deste Tratado.

Artigo VI

1. Se o Governo de um dos dois países adotar qualquer medida que, mesmo não sendo contrária às cláusulas deste Tratado, seja considerada pelo Governo do outro país como tendo o efeito de anular ou prejudicar qualquer objetivo do Tratado, o Governo que tiver adotado tal medida examinará as representações e propostas que o outro Governo fizer, com o fim de dar ao assunto solução satisfatória para ambos.

2. O Governo de cada um dos dois países acolherá com simpatia as representações da outra Parte e, quando solicitado, conceder-lhe-á a oportunidade de fazer consultas com relação à execução dos regulamentos aduaneiros, controle de câmbio estrangeiro, restrições quantitativas e sua aplicação, observância das formalidades alfandegárias e aplicação de leis e regulamentos sanitários para a proteção da vida ou saúde humana, animal ou vegetal.

Artigo VII

1. Sob a ressalva de que, em igualdade de circunstâncias e condições, não haverá discriminação alguma arbitrária por uma das Partes Contratantes contra a outra em favor de qualquer outro país estrangeiro, e sem prejuízo das estipulações dos parágrafos 1 e 2 do artigo VI, as disposições deste Tratado não se aplicarão às proibições ou restrições :

- a) relativas à segurança pública;
- b) impostas para a proteção da saúde pública ou por motivos morais ou humanitários;
- c) impostas para a proteção de plantas ou animais, inclusive medidas de proteção contra doenças, degeneração ou extinção assim como medidas tomadas contra sementes, plantas ou animais daninhos;

ordinarily be taken into account by a private commercial enterprise interested solely in purchasing such product on the most favourable terms.

Article V

Articles the growth, produce or manufacture of Brazil or Canada shall, after importation into the other country, be exempt from all internal taxes, fees, charges or exactions, other or higher than those payable on like articles of national origin or any other origin, except as otherwise required by laws in force on the day of the signature of this Agreement.

Article VI

1. In the event that the Government of either country adopts any measure which, even though it does not conflict with the terms of this Agreement, is considered by the Government of the other country to have the effect of nullifying or impairing any object of the Agreement, the Government which has adopted any such measure shall consider such representations and proposals as the other Government may make with a view to effecting a mutually satisfactory adjustment of the matter.

2. The Government of each country shall accord sympathetic consideration to, and when requested shall afford adequate opportunity for consultation regarding, such representations as the other Government may make with respect to the operation of customs regulations, control of foreign exchange, quantitative restrictions or the administration thereof, the observance of customs formalities, and the application of sanitary laws and regulations for the protection of human, animal or plant health or life.

Article VII

1. Subject to the requirement that, under like circumstances and conditions, there shall be no arbitrary discrimination by either country against the other country in favour of any other foreign country, and without prejudice to the provisions of paragraphs 1 and 2 of Article VI, the provisions of this Agreement shall not extend to prohibitions or restrictions :

- (a) relating to public security;
- (b) imposed for the protection of public health or on moral or humanitarian grounds;
- (c) imposed for the protection of plants or animals, including measures for protection against disease, degeneration or extinction as well as measures taken against harmful seeds, plants or animals;

- d) relativas a artigos feitos em prisões;
- e) referentes à execução das leis e regulamentos policiais e fiscais; ou
- f) impostas para a proteção de tesouros nacionais de valor artístico, histórico ou arqueológico.

2. Nada no presente Tratado será interpretado como tendo em vista impedir a adoção ou aplicação das medidas que o Governo de um dos dois países julgar conveniente adotar :

- a) relativamente à importação ou exportação de ouro ou prata; ou
- b) relativamente ao controle da importação, exportação ou venda para exportação, de armas, munições ou instrumentos de guerra, e, em circunstâncias excepcionais, de quaisquer outros suprimentos militares.

3. Fica entendido que as disposições deste Tratado relativas às leis e regulamentos que digam respeito à venda, taxação ou uso de artigos importados, dentro do Brasil ou do Canadá estão sujeitos às limitações constitucionais da autoridade dos Governos dos respectivos países.

Artigo VIII

As vantagens ora concedidas, ou que venham de futuro a ser concedidas por uma das Partes Contratantes a países limítrofes, com o fim de facilitar o tráfico de fronteiras, e os favores resultantes de uma união aduaneira, da qual um ou outro país venha a fazer parte, serão executadas da aplicação deste Tratado.

Artigo IX

As vantagens ora concedidas, ou que venham de futuro a ser concedidas pelo Canadá, exclusivamente a outros territórios sob a soberania de Sua Majestade o Rei de Grã-Bretanha, Irlanda e domínios britânicos de Alem-Mar, Imperador da Índia, ou sob a suzerania, mandato ou proteção de Sua Majestade, serão executadas da aplicação deste Tratado. As vantagens ora concedidas, ou que venham de futuro a ser concedidas pelo Brasil, exclusivamente a países limítrofes, serão, do mesmo modo, executadas da aplicação deste Tratado.

Artigo X

1. O presente Tratado será ratificado e os instrumentos de ratificação serão trocados em Ottawa com a possível brevidade. O Tratado entrará em vigor trinta dias após a troca das ratificações e vigorará por um período de dois anos. No caso em que nenhum dos dois Governos notifique o outro, pelo menos seis meses antes de expirado o referido período, da sua intenção de dar por terminado o Tratado, o mesmo continuará em vigor por um

- (d) relating to prison-made goods;
- (e) relating to the enforcement of police or revenue laws and regulations; or
- (f) imposed for the protection of national treasures of artistic, historic or archaeological value.

2. Nothing in this Agreement shall be construed to prevent the adoption or enforcement of such measures as the Government of either country may see fit to adopt :

- (a) relating to the importation or exportation of gold or silver; or
- (b) relating to the control of the import or export or sale for export of arms, ammunition, or implements of war, and, in exceptional circumstances, all other military supplies.

3. It is understood that the provisions of this Agreement relating to laws and regulations affecting the sale, taxation or use of imported articles within Brazil and Canada are subject to the constitutional limitations on the authority of the Governments of the respective countries.

Article VIII

The advantages now accorded, or which may hereafter be accorded, by either country to adjacent countries in order to facilitate frontier traffic and advantages resulting from a customs union to which either country may become a party shall be excepted from the operation of this agreement.

Article IX

The advantages now accorded, or which may hereafter be accorded, by Canada exclusively to other territories under the sovereignty of His Majesty the King of Great Britain, Ireland, and the British dominions beyond the Seas, Emperor of India, or under His Majesty's suzerainty, protection or mandate, shall be excepted from the operation of this Agreement. The advantages now accorded, or which may hereafter be accorded, by Brazil exclusively to contiguous countries shall likewise be excepted from the operation of this Agreement.

Article X

1. The present Agreement shall be ratified and the instruments of ratification shall be exchanged at Ottawa as soon as possible. The Agreement shall come into force thirty days after the exchange of ratifications and shall remain in force for a period of two years. In case neither Government shall have given to the other Government, at least six months before the expiration of the aforesaid period, notice of intention to terminate

período ulterior de um ano e por períodos sucessivos de um ano, até que o Governo de um dos dois países notifique o outro Governo, pelo menos seis meses antes do termo de um dos períodos supracitados, da sua intenção de denunciar o Tratado.

2. Enquanto este Tratado não entrar definitivamente em vigor; suas disposições serão aplicadas provisoriamente pelos dois Governos, a partir da data da respectiva assinatura. O Governo de cada país poderá, entretanto, antes da troca de ratificações, por termo à aplicação provisória do Tratado, mediante notificação prévia de três meses ao outro Governo.

EM FÉ DO QUE os Plenipotenciários acima nomeados firmam e selam o presente Tratado, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e inglesa, na cidade do Rio de Janeiro, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e quarenta e um.

Oswaldo ARANHA
Jean DÉSY
James A. MACKINNON

the Agreement, it shall continue in force for a further period of one year and for further successive periods of one year each, until such time as the Government of either country shall have given to the other Government, at least six months before the expiration of one of the aforesaid period, notice of intention to terminate the Agreement.

2. Pending the definitive coming into force of this Agreement, its provisions shall be applied provisionally by the two Governments as from the date of signature of this Agreement. The Government of either country, however, may, prior to the exchange of ratifications, terminate the provisional application of the Agreement by giving three months notice to the other Government.

IN WITNESS WHEREOF, the above-mentioned Plenipotentiaries sign and seal this Agreement, in duplicate in Portuguese and English, at the City of Rio de Janeiro, this seventeenth day of October, nineteen hundred and forty-one.

Oswaldo ARANHA
Jean DÉSY
James A. MACKINNON

TRADUCTION — TRANSLATION

N° 224. ACCORD¹ COMMERCIAL ENTRE LE BRÉSIL ET LE CANADA. SIGNÉ A RIO-DE-JANEIRO, LE 17 OCTOBRE 1941

Le Gouvernement des Etats-Unis du Brésil et le Gouvernement du Canada, désireux de resserrer les liens d'amitié traditionnels qui unissent leurs deux pays, de faciliter davantage et de développer les relations commerciales qui existent entre le Brésil et le Canada, ont décidé de conclure un accord commercial et ont, à cet effet, nommé pour leurs plénipotentiaires, savoir :

Le Gouvernement des Etats-Unis du Brésil : Son Excellence Monsieur Oswaldo Aranha, Ministre d'Etat des relations extérieures du Brésil; et

Le Gouvernement du Canada : Monsieur Jean Désy, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire du Canada au Brésil, et l'Honorable James Angus MacKinnon, Ministre du commerce du Canada;

Lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs trouvés en bonne et due forme, sont convenus des articles suivants :

Article premier

1. Le Brésil et le Canada s'accorderont mutuellement, sans conditions ni restrictions, le traitement de la nation la plus favorisée pour tout ce qui concerne les droits de douane et les redevances accessoires de toute nature et le mode de perception des droits de douane et, de plus, pour tout ce qui touche les règles, formalités et taxes imposées pour le dédouanement, et toutes les dispositions législatives ou réglementaires concernant la vente ou l'utilisation, à l'intérieur du pays, de marchandises importées.

2. En conséquence, les articles récoltés, produits ou manufacturés dans l'un des deux pays et importés dans l'autre ne seront en aucun cas soumis, pour tout ce qui concerne les questions mentionnées ci-dessus, à des droits de douane, taxes ou redevances autres ou plus élevés, ou à des règles ou formalités autres ou plus strictes, que ceux auxquels sont soumis, ou pourront être soumis dans l'avenir, des articles analogues récoltés, produits ou manufacturés dans un autre pays.

¹ Entré en vigueur le 16 avril 1943, conformément à l'article X, trente jours après l'échange des instruments de ratification, qui a eu lieu à Ottawa le 17 mars 1943.

3. De même, les articles exportés du territoire du Brésil ou du Canada à destination du territoire de l'autre pays ne seront en aucun cas soumis, en ce qui concerne l'exportation et toutes les questions mentionnées ci-dessus, à des droits, taxes ou redevances autres ou plus élevés ou à des règles ou formalités autres ou plus strictes que ceux auxquels sont soumis ou pourront être soumis dans l'avenir des articles analogues à destination du territoire d'un autre pays étranger.

4. Tout avantage, faveur, privilège ou immunité qui a été accordé, ou sera accordé à l'avenir, par le Brésil ou le Canada en ce qui concerne les questions mentionnées ci-dessus, à un article quelconque, soit en provenance d'un autre pays, soit à destination du territoire d'un autre pays, sera accordé immédiatement et sans contrepartie, quelle que soit la nationalité du transporteur, à l'article analogue en provenance du territoire du Canada ou du Brésil ou à destination de ce territoire, respectivement.

Article II

Le Brésil et le Canada s'accorderont mutuellement, pour tout ce qui touche le contrôle des changes et des importations, un traitement qui ne sera pas moins favorable que celui accordé, dans des circonstances ou dans des conditions identiques, à un autre pays étranger.

Article III

Si les importations d'un article quelconque dans l'un ou l'autre des deux pays sont réglementées, soit en ce qui concerne la quantité totale des importations autorisées, soit en ce qui concerne la quantité dont l'importation est autorisée moyennant l'acquit d'un droit de douane à un taux déterminé, et si des contingents sont attribués aux pays exportateurs, le contingent attribué à l'autre pays sera calculé au prorata de la quote-part de ce pays, au cours des dernières années, dans le total des importations de cet article en provenance de l'ensemble des pays étrangers; il sera tenu compte dans la mesure du possible, le cas échéant, de tous les facteurs spéciaux qui ont pu ou qui pourront influencer le commerce de cet article.

Article IV

Si l'une ou l'autre des deux Parties contractantes maintient ou vient à créer un monopole pour l'importation, la production ou la vente d'un article déterminé, ou si elle concède à un ou plusieurs organismes, en droit ou en fait, des privilèges exclusifs concernant l'importation, la production ou la vente d'un article déterminé, le Gouvernement du pays qui crée ou maintient ce monopole, ou qui concède ces privilèges exclusifs, reconnaît que le commerce de l'autre pays doit bénéficier d'un traitement juste et équitable en ce qui concerne les achats effectués à l'étranger par ledit monopole ou organisme. A cet effet il est convenu qu'en procédant à l'achat

à l'étranger d'un article quelconque, le monopole ou l'organisme en question ne prendra en considération que des facteurs tels que le prix, la qualité, les possibilités d'écoulement et les conditions de vente, dont tiendrait normalement compte une entreprise commerciale privée uniquement intéressée à acheter cet article dans les conditions les plus avantageuses.

Article V

Les articles récoltés, produits ou manufacturés au Brésil ou au Canada, une fois importés dans l'autre pays, seront exonérés de tous impôts, taxes, redevances ou charges intérieurs, autres ou plus élevés que ceux qui sont exigibles pour des articles similaires de provenance nationale ou de toute autre provenance, à moins qu'il n'en soit autrement disposé par les lois en vigueur le jour de la signature du présent Accord.

Article VI

1. Si le Gouvernement de l'un des deux pays vient à prendre une mesure quelconque qui, sans être incompatible avec les termes du présent Accord, est considérée par le Gouvernement de l'autre pays comme ayant pour effet d'empêcher totalement ou partiellement d'atteindre un des objectifs de l'Accord, le Gouvernement qui aura pris une telle mesure examinera les représentations et propositions qui pourront lui être présentées par l'autre Gouvernement, en vue d'aboutir à un règlement satisfaisant de la question.

2. Le Gouvernement de chacun des deux pays accueillera avec bienveillance les représentations qui pourront lui être faites par l'autre Gouvernement en ce qui concerne l'application des réglementations douanières, le fonctionnement du contrôle des changes, les limitations quantitatives et les modalités de leur application, l'observation des formalités douanières, et l'application des lois et des règlements sanitaires tendant à protéger la santé ou la vie des personnes ou des animaux ou à préserver les végétaux, et donnera à l'autre Gouvernement si ce dernier en fait la demande, la possibilité de procéder à des consultations sur ces questions.

Article VII

1. Sous réserve qu'il n'y ait, dans des circonstances ou des conditions identiques, aucune discrimination arbitraire de la part de l'une des Parties contractantes au détriment de l'autre et au profit d'un autre pays étranger, et sans préjudice des dispositions des paragraphes 1 et 2 de l'article VI, les dispositions du présent Accord ne s'étendront pas aux interdictions ou aux limitations :

a) relatives à la sécurité publique;

- b) édictées en vue de protéger la santé publique ou fondées sur des considérations morales ou humanitaires;
- c) édictées en vue de protéger les végétaux ou les animaux, notamment les mesures de protection contre la maladie, la dégénérescence ou l'extinction, ainsi que les mesures prises contre les graines, les plantes ou les animaux nuisibles;
- d) relatives aux articles fabriqués dans les prisons;
- e) relatives à l'application des lois et règlements de police ou des lois et règlements fiscaux;
- f) édictées en vue de protéger les trésors nationaux ayant une valeur artistique, historique ou archéologique.

2. Aucun des dispositions du présent Accord ne sera interprétée comme s'opposant à l'adoption ou à l'application des mesures que le Gouvernement de l'un des deux pays jugerait utile de prendre relativement :

- a) à l'importation ou à l'exportation de l'or ou de l'argent;
- b) au contrôle de l'importation, de l'exportation ou de la vente pour l'exportation des armes, des munitions ou du matériel de guerre et, dans des circonstances exceptionnelles, de toutes autres fournitures militaires.

3. Il est entendu que les dispositions du présent Accord qui visent les lois et les règlements relatifs à la vente, à l'imposition ou à l'utilisation d'articles importés sur les territoires du Brésil ou du Canada, seront soumises aux limites constitutionnelles de la compétence des Gouvernements des pays respectifs.

Article VIII

Les avantages qui sont actuellement consentis ou qui le seront dans l'avenir par l'une ou l'autre des Parties contractantes à des pays limitrophes afin de faciliter le trafic frontalier, et les avantages résultant d'une union douanière dont l'un ou l'autre pays viendrait à faire partie, sont exclus du champ d'application du présent Accord.

Article IX

Les avantages qui sont actuellement consentis ou qui le seront dans l'avenir par le Canada, exclusivement à d'autres territoires qui relèvent de la souveraineté de Sa Majesté le Roi de Grande-Bretagne, d'Irlande et des possessions britanniques au-delà des mers, Empereur des Indes, ou qui se trouvent sous sa suzeraineté, sa protection ou son mandat, sont exclus du champ d'application du présent Accord. Les avantages actuellement consentis ou qui le seront à l'avenir par le Brésil, exclusivement à des pays

limitrophes, sont également exclus du champ d'application du présent Accord.

Article X

1. Le présent Accord sera ratifié et les instruments de ratification seront échangés à Ottawa aussitôt que faire se pourra. L'Accord entrera en vigueur trente jours après l'échange des ratifications et demeurera en vigueur pendant une période de deux ans. Si aucun des deux Gouvernements n'a notifié à l'autre Gouvernement, au moins six mois avant l'expiration de la période susmentionnée, son intention de mettre fin à l'Accord, celui-ci demeurera en vigueur pour une nouvelle période d'un an, et ainsi de suite par périodes successives d'un an chacune, jusqu'au moment où le Gouvernement de l'un des deux pays aura notifié à l'autre Gouvernement, au moins six mois avant l'expiration de l'une desdites périodes, son intention de mettre fin à l'Accord.

2. En attendant l'entrée en vigueur définitive du présent Accord, les deux Gouvernements appliqueront provisoirement ses dispositions à dater de sa signature. Toutefois, le Gouvernement de l'un ou l'autre pays pourra, jusqu'à l'échange des ratifications, mettre fin à l'application provisoire de l'Accord en notifiant à l'autre Gouvernement un préavis de trois mois.

EN FOI DE QUOI les plénipotentiaires susmentionnés ont apposé leurs signatures et leurs sceaux sur le présent Accord fait en double exemplaire, en langue portugaise et en langue anglaise, à Rio-de-Janeiro, le dix-sept octobre mil neuf cent quarante et un.

Oswaldo ARANHA
Jean DÉSY
James A. MACKINNON